

“Queremos apoiar a família nas suas funções”

Terá o poder político algo a dizer em relação à família? Os governos existem para ajudar as famílias a cumprir as suas funções; umas vezes, criando as condições para que elas sozinhas atuem; e outras, ajudando-as aonde elas não podem chegar, afirmou a coordenadora do Programa de Família das Nações Unidas, Renata Kaczmarek.

Renata Kaczmarek começou a reunir-se com especialistas de todo o mundo para ouvir ideias e começar a preparar o 20º aniversário do Ano Internacional da Família, a celebrar em 2014.

Por exemplo, em Espanha, foi convidada pela International Federation for Family Development (IFFD) e pelo The Family Watch, um *think tank* vinculado a esta Federação.

A IFFD contava desde 1999 com um estatuto consultivo especial perante as Nações Unidas. Mas, desde o ano passado, foi requalificada com uma categoria superior (a de estatuto consultivo geral); isto vai permitir-lhe participar de modo mais ativo.

Segundo Kaczmarek, as Nações Unidas querem centrar o próximo Ano Internacional da Família em três áreas: 1) a luta contra a pobreza das famílias e a exclusão social; 2) a conciliação entre o trabalho e a família; e 3) a promoção da integração social e da solidariedade entre as gerações no seio das famílias e das comunidades.

É evidente que não é a mesma coisa conciliar família e trabalho na Alemanha ou na Etiópia, pelo que as três áreas referidas deverão ser preparadas com encontros regionais e mundiais.

Por isso, o Programa de Família das Nações Unidas determinará ações concretas e princípios para orientar os Estados membros nos próximos anos.

Um princípio chave é que a missão do poder político – seja supranacional ou nacional – é ajudar as famílias a cumprir as suas funções, difundindo as boas práticas em políticas familiares.

Mais do que mudar a definição do casamento e da família de um país, os governos devem criar as condições para que as famílias possam cumprir as suas funções e apoiá-las onde não possam fazê-lo.

Esta ideia-força está ligada à área da luta contra a pobreza e à exclusão social. Mas também com o primeiro Objetivo do Desenvolvimento do Milénio, pois não se podem erradicar a pobreza extrema e a fome, a não ser através das famílias, diz Kaczmarek.

Um princípio orientador para desenhar as políticas sociais destinadas a melhorar o desenvolvimento dos países é “atender as famílias como unidades, em vez de tratar os seus membros de modo individual”.

Isso ajudaria melhor as famílias que podem correr mais riscos económicos, como: lares mono-parentais; famílias numerosas; famílias que cuidam de deficientes; e famílias emigrantes.

Na conciliação família e trabalho, são importantes as licenças de maternidade e de paternidade, ferramentas para o envolvimento conjunto na criação e educação dos filhos.

Sobre a de paternidade, embora em vários países europeus já existam legalmente, tem de se melhorar a sua consideração social. Muitos homens não as utilizam, por recearem perder o emprego, ou por sentirem vergonha.

Em muitos casos, conseguir o equilíbrio entre família e trabalho é possível com a família extensa. Mas Kaczmarek não esquece que contar com a ajuda dos avós – sobretudo, em cidades onde há grandes distâncias a percorrer – é cada vez mais complexo. Daí que a solidariedade intergeracional seja outra das grandes preocupações da ONU.

J. M.

Estudantes sem fronteiras, em busca de universidades baratas

Tradicionalmente, o motivo para ir estudar no estrangeiro foi entrar numa universidade prestigiosa. Agora, na Europa, bastantes estudantes emigram para ingressar numa universidade que lhes custe menos dinheiro, ou que lhes permita matricular-se nos estudos para os quais não obtiveram lugar no seu próprio país.

De entre os europeus, os britânicos eram os menos viajantes. Têm boas universidades em casa, e quando saíam, iam para os Estados Unidos ou a Austrália. Mas depois da subida das matrículas aprovada pelo novo Governo, passaram a descobrir que pode ser preferível ir para outros países europeus.

Com o novo sistema de financiamento universitário entrado em vigor em 2012-2013, as universidades inglesas poderão cobrar, por curso, até um limite de 9.000 libras (10.250 €), quando antes o máximo era de 3.300 libras. Para não fechar o passo aos estudantes com menos meios, já com o sistema atual o Estado concede bolsas e créditos aos que deles necessitam. E os alunos começam a devolver o crédito ao terminar o curso, quando têm rendimentos superiores a 21.000 libras anuais.

Ninguém nega que o financiamento atual das universidades é insuficiente, mas a reforma provocou vigorosos protestos dos estudantes. Apesar de tudo, não há volta atrás. Assim, entre os alunos que não conseguem lugar na universidade desejada e os que preferem não assumir uma dívida que lhes pesará quando começarem a trabalhar, surgem os candidatos a estudar em universidades estrangeiras mais baratas.

A Holanda converteu-se num destino atrativo para os britânicos, o terceiro depois da Austrália e dos EUA. Aí existem cursos em inglês e as 9.000 libras que custaria a matrícula em Inglaterra, transformam-se em 1.700 euros na Holanda. Segundo dados anteriores ao começo do ano letivo, a Universidade de Maastricht, que oferece oito programas em inglês, tinha recebido 450 pré-inscrições de alunos ingleses. E várias centenas inscreveram-se em Groningen, que oferece nove licenciaturas em inglês. Os estudantes britânicos são bem recebidos nas universidades holandesas, que querem cultivar um perfil internacional.

Mas, às vezes, a presença de um contingente excessivo de estrangeiros pode suscitar reservas. É o caso da Áustria, que se converteu numa universidade cada vez mais frequentada pelos seus vizinhos alemães. Enquanto na Alemanha os estudantes enfrentam a barreira do *numerus clausus* em certos cursos, na Áustria existe uma política de portas abertas; daí que proliferem os alemães em estudos como Medicina e Psicologia. Além disso, os alunos de outros países da UE, tal como os austríacos, não pagam propinas; e a língua comum atenua as barreiras culturais. Que mais se pode pedir?

A Áustria tem um sistema universitário orientado para a internacionalidade, e, de facto, 20% dos alunos são de origem estrangeira. Destes, 34% são alemães, segundo dados de 2009, e nalguns centros universitários constituem até 50%. Daí que algumas autoridades universitárias se interroguem na Áustria, sobre se se pode exigir ao contribuinte austríaco que financie a gratuidade do ensino superior para estudantes estrangeiros que não vão trabalhar no país.

Outra solução para não se ver “invadido”, é que o aluno que vem de fora pague a sua matrícula. Foi o que propôs o ministro da Educação da Escócia em relação aos estudantes de outras partes da Grã-Bretanha.

Dentro do seu autogoverno, a Escócia tem a sua própria política universitária. Portanto, a subida das propinas decidida para Inglaterra, País de Gales e Irlanda do Norte, não é aplicável lá. Mas aquilo que o Governo escocês receia é que muitos estudantes ingleses se desloquem para as universidades escocesas identificando-as como a “opção barata”, visto que para os residentes na Escócia a matrícula é gratuita. Por isso, propôs que as universidades escocesas possam decidir que matrícula cobrar aos estudantes do resto da Grã-Bretanha, dentro de uma escala que iria de 1.800 a 9.000 libras.

Um grupo de trabalho que foi formado por representantes do Governo escocês e das universidades sugeriu uma média de 6.375 libras.

Os partidos da oposição criticaram a ideia como um ataque aos estudantes do resto da Grã-Bretanha.

Mas a realidade é que já antes as autoridades do País de Gales se demarcaram da subida de propinas acordada pelo Governo de Londres. A assembleia do País de Gales decidiu que os estudantes galeses vão pagar uma matrícula de 3.200 libras por curso, e que o Governo subsidiará o resto do custo, mesmo que estudem em universidades de outras partes da Grã-Bretanha. Pelo contrário, os que vierem de fora estudar no País de Gales, deverão pagar a matrícula por inteiro.

Em Espanha, a transferência de alunos entre universidades nunca foi feita por motivos económicos, pois os preços das matrículas são uniformes entre as universidades públicas. O Ministério da Educação e as comunidades autónomas acordam um intervalo de preços para as matrículas. Hoje, o preço de um curso oscila entre 900 e 1.400 euros consoante os cursos, pelo que apenas cobre 12% do custo real. Num contexto de crise, em que é difícil aumentar os fundos públicos para o ensino, é um financiamento insuficiente.

Por isso, volta a surgir o sensível tema do aumento do preço das matrículas. O Governo catalão foi o primeiro a sugeri-lo. A sua ideia seria abrir um debate com todos os setores envolvidos – universidades, conselhos sociais, estudantes... – para fixar que parte do custo deveria ser assumida pelo aluno, percentagem que não seria superior a 30%.

É um debate tradicionalmente controverso. Um setor considera que é injusto subsidiar todos os alunos por igual, e que seria mais equitativo cobrar mais aos estudantes que podem pagá-lo e dar bolsas aos que realmente disso necessitem. Outros advertem que se deveria ajudar igualmente os alunos das classes médias, cujos limites de rendimento não lhes permitem aceder às bolsas gerais do Estado. Por isso, o aumento ficaria ligado à criação de um fundo de bolsas próprio.

O Governo catalão parece inclinar-se também para que cada comunidade autónoma fixe os preços das matrículas, pois a elas cabe financiar as suas universidades. De qualquer forma, o debate está em curso.

Divórcio por aborrecimento?

Num artigo publicado no “The Daily Telegraph”, a jornalista Angela Neustatter reflete sobre a tendência atual para a emotividade em relação aos projetos duradouros, o que leva alguns a romper os seus compromissos conjugais quando desaparece o encanto do início.

Neustatter apoia-se nas conclusões de um relatório efetuado pela Grant Thornton da Grã-Bretanha, uma organização especializada no setor da auditoria. Depois de entrevistar 101 advogados de família, esta empresa conclui que o aborrecimento se converteu na grande ameaça dos casais para permanecer juntos.

A infidelidade, que antes encabeçava a lista de motivos principais para as ruturas conjugais, foi agora ultrapassada por outra causa: a dos que avançam frases tipo “já não estamos enamorados”, ou “fomo-nos distanciando”.

Estas conclusões estão em sintonia com as estatísticas de divórcio na Grã-Bretanha que Neustatter refere: em média, afirma, os casamentos rompem-se aos 11 anos. E também coincide com a tendência para a carga emotiva presente nas relações amorosas.

Tendência mostrada por Malcolm Brynin, coeditor de “*Changing Relationships*”, um polémico estudo publicado pelo Economic and Social Research Council em 2009, onde afirma que as pessoas se juntam e permanecem unidas somente quando obtêm uma vantagem pessoal.

Já se sabe que o romantismo numa relação amorosa vai e vem. O mérito da One Poll, uma empresa especializada em inquéritos, reside em ter conseguido “medir” a sua duração. Pelos vistos, o encanto esfuma-se – em média – ao fim de dois anos, seis meses e 25 dias depois da contração do casamento. Isto é precisão.

De qualquer maneira, diz Neustatter, o desaparecimento do romantismo no casamento – algo que seguramente terá ocorrido em todos os tempos – causará mais ou menos estragos em função da atitude dos cônjuges. Se as expectativas de uma pessoa são que o meu marido ou a minha mulher me devem satisfazer a todo o momento, é previsível supor que para este problema não haja “romantismo” que o possa corrigir.

Daí que Neustatter pense que a abordagem adequada perante a falta de romantismo no casamento seja a de trabalharem juntos – marido e mulher – sobre a relação conjugal. Resistir, lado a lado, aos momentos de adversidade. E voltar a dar brilho ao casamento com pequenos gestos.

“Chegou o momento de se assumirem a sós”, escreve Neustatter. “O meu marido Olly e eu alcançámos o clássico ponto ‘da estaca zero’ na nossa relação quando os nossos filhos deixaram o lar. Não víamos nada de bom no alterar da dimensão da nossa família e não nos adaptávamos bem às novas circunstâncias; cada vez parecíamos estar mais irritados um com o outro, e começávamos a deriva para o distanciamento. Sem dúvida, estávamos nesse momento de perplexidade em que tudo tornava aconselhável a separação”.

Então pararam. O que se passaria se cada qual fosse para seu lado? A verdade é que, cedo ou tarde, o mais provável – afirma – é que acabariam por deitar borda fora duas décadas e meia de convivência, e acabariam por igualmente deitar borda fora a história familiar que tinham construído em conjunto.

Daí que lançaram mãos à obra. “Começámos por comportar-nos como no princípio da nossa relação, preparando comidas especiais um para o outro, fazendo escapadelas de ida ao cinema, férias curtas para dois, refeições domingueiras com os nossos filhos uma vez por mês. E enquanto nos íamos aproximando, foi possível falar de como nos tínhamos vindo a distanciar e do prazer de crescermos juntos outra vez”.

O que Neustatter mostrou aqui da sua intimidade não tem nada a ver com um *reality show*. Mais, trata-se de um pequeno testemunho que reforça a afirmação que vem depois: “As investigações atuais mostram que se as pessoas souberem gerir e resistir aos problemas, dirigindo a sua atenção para o que têm e partilham com o outro, em vez de se fixarem naquilo que se está a perder, os benefícios psicológicos e físicos são enormes”.

“Não se trata de uma questão de moralidade *versus* narcisismo – como se se tivesse de escolher entre escalar uma montanha ou ficar na cama autocompadecendo-se –, mas de entender aquilo que, ao fim e ao cabo, nos torna felizes”.

(“The Daily Telegraph”)

Rumo à Liberdade

The Way Back

Realizador: Peter Weir
Atores: Jim Sturgess; Colin Farrell
Música: Burkhard von Dallwitz
Duração: 130 min.
Ano: 2010

As histórias reais possuem um atrativo acrescido, pois não são invenções... neste filme baseado em factos verídicos, um grupo de prisioneiros quer fugir da União Soviética dominada por Estaline. A ação decorre em 1941 durante a II Guerra Mundial, num campo de concentração, na Sibéria. Um grupo de homens constituído por polacos, um rapaz da Letónia, um norte-americano e um russo decidem assumir o perigo e escapar.

Vão percorrer 6.500 quilómetros a pé, da Sibéria até à Índia. Atravessam o deserto de Gobi na Mongólia, sobem os Himalaias para o Tibete e daí chegam ao destino.

Alguns acabam por morrer pelo caminho devido às intempéries, à fome e à sede. O filme vai mostrando as motivações interiores de cada um, revelando como conseguem ultrapassar os obstáculos, um a seguir ao outro.

O líder do grupo é um polaco que quer regressar para junto da sua amada. Está atento desde o início à recolha de informações sobre o caminho a seguir e sobre as técnicas de sobrevivência em lugares inóspitos. Pergunta e ouve. Não se deixa desviar do objetivo principal e tem a meta sempre bem presente.

As circunstâncias da viagem pioram dia a dia. Nessas alturas, seguem os conselhos de quem encontram pelo caminho, homens experientes que lhes dão pistas preciosas. Além disso, apesar do medo de serem denunciados, sabem criar os momentos oportunos para pedir apoio às populações locais. Sozinhos não se pode vencer! Arriscam, aprendem a selecionar a quem pedir ajuda e depois confiam. A motivação em alcançar o objetivo dá-lhes asas, forças e um estímulo sempre renovado.

Tópicos de análise:

1. É útil ouvir as pessoas que possuem um saber de experiência feito.
2. Ponderar as respostas, credibiliza a decisão a tomar.
3. A motivação intrínseca tem mais força que um mero resultado externo.
4. Manter a meta bem presente, ajuda a acertar no rumo a seguir.

Paulo Miguel Martins

Professor da AESE

